

O GÊNERO DA LUTA PELO DIREITO À CASA E À CIDADE

Masilene Rocha VIANA¹

Resumo: O presente trabalho sistematiza parte dos estudos e pesquisas junto às ocupações urbanas em Teresina, capital do Estado do Piauí, que revelaram a mulher como a força vital nas iniciativas e no desenvolvimento da luta por moradia, e por um endereço na cidade. A ousadia para enfrentar situações conflituosas, o corpo e a coragem como escudo contra a ação repressiva, a decisão categórica de ocupar como sinal da recusa de condições indignas de sobrevivência, são fatos incontestes da presença decisiva da mulher. A ocupação, traz(ia) a possibilidade de conquista de autonomia e o rompimento com a situação de vulnerabilidade e inquietude tão próprias do nomadismo a que são submetidas famílias desprovidas de habitação e que não podem dispor da mercadoria casa, conforme as leis do mercado imobiliário.

Palavras-chave: Lutas urbanas; gênero; direito à moradia; ocupações urbanas.

O Lugar da Mulher N(ess)a História

A História sempre consistiu em apanágio dos dominantes, conferindo uma invisibilidade às mulheres ou uma aparição subordinada e aprisionada por uma leitura androcêntrica do mundo, salvo raras exceções. Tal afirmação pode parecer “lugar comum” ou, para muitos, talvez soe como exagero face a tantas transformações nos costumes e nas relações sociais, que aparentam depor a

¹ Professora de Serviço Social da UFPI, doutoranda de Ciências Sociais da PUC/SP.

tradição, o instituído e valores cristalizados secularmente, notadamente no que tange às questões de gênero.

No entanto, embora sejam visíveis muitas conquistas sob a fortaleza do patriarcado, o poder ainda é, como afirma Saffioti (1997), “macho, rico e branco”. numa referência às distintas formas de aparecer da desigualdade, manifesta na condição de classe, de gênero e etnia, relacionadas ao(s) sistema(s) de dominação/exploração capitalismo-patriarcado-racismo, entendidos numa unidade simbiótica, tornados inseparáveis ao longo do processo histórico, não consistindo, portanto, “em três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente” (SAFFIOTI, 1997, p. 61), ao contrário, esses três antagonismos, diz a autora, “entrelaçam-se de modo a formar um nó”.

Convém lembrar, recorrendo a outra importante contribuição de Saffioti (1992, p. 184) que a condição de subalternidade feminina, não significa, contudo, ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação, existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais. As alterações na lógica e nas formas da dominação ainda não a derrotaram. Portanto, não podemos desconsiderar o imenso caminho a percorrer, tampouco as distâncias entre o “lugar dos homens” e o “lugar das mulheres” numa sociedade ainda tão marcada por assimétricas e desiguais relações sociais de gênero.

Entretanto, convém anotar a atenção que vêm merecendo inúmeros estudos - notadamente na academia - que consideram esses avanços da mulher, sobretudo no último lustro do século passado, como sinais evidentes do que consideram um declínio ou o fim da sociedade patriarcal: um exemplo é o trabalho de Manuel Castells (1999), que revela a mulher como sujeito efetivo de um processo de emancipação que visa o fim da família e da sociedade patriarcal.

Certamente, não há dúvidas quanto a ser a emancipação feminina – ainda inconclusa - uma das mais significativas modificações do século XX, tampouco que essa transformação seja resultado de um esforço eminentemente

feminino. Todavia, ficam algumas ponderações: esses reconhecíveis avanços tiveram força suficiente para provocar declínio, ou mesmo para pôr fim à sociedade patriarcal? De que ponto de observação falam os estudiosos que nessa tese acreditam? Não seria de um ponto de vista espacialmente delimitado, social e etnicamente definido? De que mulheres eles falam? Seriam, por acaso, das camponesas empobrecidas do Nordeste brasileiro? Das muçulmanas? Das negras esquecidas do continente africano, muitas ainda sujeitas a práticas como a lapidação? Ou seriam das mulheres de pobres periferias urbanas de países como o Brasil?

Assim, embora muitos estudos consistam de importantes contribuições à reflexão sobre as novas formas de aparecer da questão de gênero, não podem obscurecer, no entanto, os traços determinantes fundamentais do sistema, que ainda não pereceu. Embora não consistam de novos sujeitos, já que lutas, levadas a efeito, por mulheres, datam de tempos longínquos, as lutas de caráter eminentemente feministas das últimas décadas tiveram como militantes, prioritariamente, setores femininos intelectualizados e de estratos médios, não alcançando, de forma massiva, a grande maioria feminina sob o jugo dos padrões dominantes de gênero. E, ademais, é importante ressaltar que a consciência feminista não garante uma existência isenta, ou por fora da ideologia que dá sustentação às formas de aparecer da dominação de gênero: ao contrário, coloca seus sujeitos em constante vigília e luta.

Tendo como substrato os marcos teóricos delineados, pretendo com as linhas a seguir, tornar visível um pouco da história dos *sem teto* de Teresina, capital do Estado do Piauí, mas, sob um olhar específico, o de gênero, recusando-me a entender a inserção feminina nas ocupações como um simples epifenômeno. Busco, portanto, como refere-se Matos (1996, p. 135), “restaurar tramas de vidas encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar do urbano, recuperar sua ambigüidade e pluralidade de possíveis

vivências e interpretações, desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência”, embora “não no sentido de apontar o excepcional, mas de descobrir o que até então era inatingível, por estar submerso”.

A pesquisa desenvolvida sobre as ocupações urbanas em Teresina (1985-1990), objetivou-se a reconstituição do intenso processo de lutas por moradia, via ocupações de terrenos urbanos, buscando identificar, entre outros aspectos, como ocorreram as ocupações, que interlocutores estabeleceram no processo de lutas, como tornaram visíveis suas reivindicações, como resistiram às investidas repressivas, como dialogavam e negociavam com o poder público e, nesse particular, como contribuíram para a redefinição das relações entre o poder público e as formas associativas do campo popular. O período analisado é especialmente marcado pela ação dos *sem teto* na cidade que com suas lutas firmaram-se como combativos agentes produtores do espaço urbano, deixando a marca da luta e da resistência pela moradia como legado às iniciativas posteriores, bem como contribuíram decisivamente para a construção de novas formas de gestão pública no âmbito local.

Se, de modo geral, não podemos desconsiderar o imenso caminho a ser trilhado, rumo a uma sociedade que suprima as desiguais relações – que produzem distintas formas de aparecer da dominação – não podemos desconsiderar, em particular, as distâncias entre homens e mulheres proprietários(as), de homens e mulheres impossibilitados do acesso à mercadoria “casa” pelas leis excludentes do mercado imobiliário – ou na simplicidade da palavra, os *sem teto* -, distantes dos benefícios do desenvolvimento, embora sejam construtores efetivos da história de cada dia, resistindo aos processos segregatórios, modelando o espaço urbano, constituindo-se, portanto, como efetivos produtores da cidade.

Sabe-se que, em sendo registrada sob a ótica dos dominantes, a História, como conseqüência, dissimula, oculta, desconsidera, banaliza ou dilui a

de suas páginas mais contundentes. Castells (1999, p. 170), afirma que “muitas lutas urbanas, antigas ou contemporâneas, foram, na realidade, movimentos feministas envolvendo as necessidades e a administração da vida diária”. E adiante (CASTELLS, 1999, p. 223), ainda insiste:

[...] o progresso mais importante a partir dos anos 80 foi o extraordinário aumento no número de organizações de base popular, em sua grande maioria criadas e dirigidas por mulheres nas áreas metropolitanas dos países em desenvolvimento. Essas organizações foram estimuladas por explosões demográficas urbanas, crises econômicas e políticas de austeridade ocorridas simultaneamente, que deixaram as pessoas, e particularmente as mulheres, frente a frente com o simples dilema entre lutar ou morrer.

A essa constatação, Castells (1999, p. 223) associa uma outra reflexão: a de que esses esforços coletivos das últimas décadas não resultaram somente em organizações populares que causaram impacto nas políticas e instituições, “mas também no surgimento de uma nova identidade coletiva, na forma de mulheres capacitadas”.

Essas mulheres foram transgressoras, posto que negaram suas limitações ao âmbito privado; recusaram o apanágio masculino no acesso ao conhecimento e ao exercício do poder político; rejeitaram o confinamento doméstico ou a mera condição de coadjuvante das lutas. Mulheres que foram às ruas, entre outras coisas, reivindicar casa para morar e o direito de pertencimento à cidade, que cada vez mais, consolidava-se como o lugar do futuro, o locus da modernidade, face, inclusive, a um esvaziamento contínuo do campo e de suas possibilidades de oferecer vida digna a seus habitantes.

A participação efetiva das mulheres nas lutas urbanas não é fenômeno

recente, tampouco somente observado no Brasil. Michele Perrot (1992, p. 195), analisando as lutas empreendidas por mulheres populares da França do século XIX, toma-as como “guardiãs do teto”. Como iniciadoras de motins, as mulheres, estão presentes na maioria dos distúrbios populares na primeira metade do século: “motins florestais onde defendem o direito à madeira, tão importante quanto o pão para os pobres, motins fiscais, distúrbios urbanos de todos os tipos, pequenos choques com a guarda montada ou a polícia nas grandes revoltas que pontilham o século”. E ainda afirma “à frente das manifestações ou desfiles, elas se congelam como símbolos” (PERROT, p. 199).

Alejandra Massolo (1992, p. 338 apud CASTELLS, 1999, p. 223-4), ao analisar movimentos sociais femininos urbanos em período mais recente, observou que:

A subjetividade feminina quanto a experiências de luta é uma dimensão reveladora do processo de construção social de novas identidades coletivas através de conflitos urbanos. Os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 tornaram visíveis e perceptíveis as diferentes identidades coletivas de segmentos das classes populares. As mulheres faziam parte da produção social dessa nova identidade coletiva – partindo de suas bases territoriais diárias transformadas em bases para a ação coletiva. Elas conferiram ao processo de construção da identidade coletiva a marca dos múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino, um conjunto complexo de significados encontrados nos movimentos urbanos, mesmo quando as questões de gênero não são explícitas e quando seus quadros constitutivos são mistos e os homens assumem a liderança.

Embora parte significativa das ações coletivas, levadas a efeito por

mulheres, não tenham emergido, de fato, de uma consciência feminista, a simples atitude de revelar-se sujeito que manifesta-se, posiciona-se e disputa poderes, já as coloca na arena política e põe em questão os papéis a elas tradicionalmente conferidos. Convém lembrar, conforme já o enunciara D'Ávila Neto (1980, p. 25), que "os modelos podem ser – e realmente são – patriarcais e falocêntricos, mas não há contradição teórica ou empírica em assinalar que as mulheres podem também adotá-los".

Assim, se lutas levadas, a efeito, por mulheres, podem carecer de um substrato feminista, também podem despertar novos desejos, projetos e concepções de vida, abrindo caminho para a emancipação e o fortalecimento das mulheres como sujeito ativo e desejante. Como nos revela Saffioti (1988, p. 154), a vivência de uma situação de carências pode gerar uma identidade tênue e provisória, que se esgota no próprio movimento, alcançando objetivos imediatistas. No entanto, isso não significa que a perspectiva de conexão com interesses mediatos seja definitivamente descartada.

A identificação da força feminina como fundamental na luta por moradia no espaço urbano em Teresina, nos leva a refletir sobre as singularidades dessa inserção, também no campo. Preocupadas com essa questão, Rua e Abramovay (2000) - estudando as relações de gênero nos assentamentos rurais no Brasil -, afirmam que as mulheres sobressaem-se "como figuras proeminentes", revelando-se ativas combatentes nas mobilizações, e em confrontos armados.

Entretanto, embora guerreiras do campo, o estudo também revela a força do modelo usual de dominação, posto que sua participação é, ainda, assimilada como subsidiária à do homem, ou como revelam alguns relatos (RUA; ABRAMOVAY, p. 260), o papel feminino é "estar ao lado do companheiro" ou mesmo "pedir a Deus para dar força". Nesse sentido, as autoras ainda destacam (RUA; ABRAMOVAY, p. 257) que, na dinâmica dos acampamentos cabe "às mulheres, além do trabalho reprodutivo, as 'tarefas mais femininas', ligadas à

saúde, educação e infra-estrutura: coordenadoras de merendas, da pastoral, de higiene, da escola...”

Assim, embora existam mulheres em cargos de direção, e participando efetivamente da construção de novas relações sociais e econômicas no campo, uma forte marca da inserção feminina ainda é a de “coordenadora de panelas”, o que não pode obscurecer os inúmeros esforços e as distintas formas de resistência dessas mulheres - notadamente nos últimos anos -, tornando-as mais visíveis na correlação de forças políticas, desde o ambiente estrito do acampamento/assentamento até o plano mais geral das políticas públicas levadas a efeito pelo Estado.

Indiscutivelmente, a mulher tem uma inserção particular nas lutas contemporâneas, seja empunhando bandeiras eminentemente feministas, que visam a destruição das bases da sociedade patriarcal e falocêntrica, seja em lutas de cariz popular como as que envolvem a conquista de moradia e equipamentos urbanos que possam proporcionar-lhes condições dignas de habitabilidade: um lugar, um endereço digno, ou mesmo um pedaço de terra para plantar e para viver, como nas lutas no meio rural.

O Corpo e a Coragem como Escudo

Os motins por alimentos, grande forma de motim popular ainda no século XIX, são quase sempre desencadeados e animados por mulheres. [...] Nesses motins, as mulheres intervêm coletivamente. Nunca armadas, é com o corpo que elas lutam, rosto descoberto, [...]. Muitas usam principalmente a voz: suas “vociferações” levantam multidões famintas. Quando lançam projéteis, são artigos de mercado ou pedras com que enchem os aventais.

caso extremo. Normalmente, não destroem nem saqueiam, preferindo a venda a preço taxado. Evitando roubar, reclamam apenas o “preço justo”, impondo-o pessoalmente diante da omissão das autoridades. Contra os açambarcadores e os poderes inertes, **elas encarnam o direito do povo ao pão de cada dia.** (PERROT, 1992, p.194, nosso grifo)

De que mulher falamos? Que motivações levam mulheres a ocupar terrenos urbanos ociosos, desafiando o poder da propriedade e dos mecanismos institucionais do Estado, de forma tão determinada? Um Estado que, embora regulado por leis que garantem a função social da propriedade urbana, cala-se ou até mesmo promove a segregação sócio-espacial e a desigualdade com inúmeras políticas sustentatórias dos interesses de proprietários, dos agentes imobiliários e de tantos outros sujeitos de direito consolidados. Adversários, as mulheres os têm muitos, alguns até mesmo dentro do próprio espaço doméstico, materializados na pessoa do marido ou do pai descrente na luta.

As imagens reconstruídas a partir da memória e dos registros documentais revelam a decisão e a ação categórica de ocupar terrenos ociosos, como sinal da recusa das condições indignas de sobrevivência, muitas vezes, contrária à postura do marido. Corroboram dessa avaliação, várias pessoas, em especial, alguns maridos, que no momento inicial de ocupações revelaram-se descrentes e omissos.

A determinação de ocupar de muitas mulheres era motivada pelo cansaço proveniente de inúmeros transtornos face às mudanças repentinas de local de moradia, às vezes, por conta de despejos de casas de aluguel não pagas regularmente, ou mesmo dado ao desagrado pela convivência na condição de favor, na residência de familiares.

Quando chegamos em Teresina, fomos morar de aluguel numa casa próxima aqui da vila, aí atrasamos o aluguel por três meses. eu desempregada e o dono da casa mandando a gente sair todo dia. Aí eu vi essa ocupação aqui da vila e disse:

vou também para lá, quem sabe esta não é a minha solução. Sozinha, roçei um lote de terreno, inclusive como eu não tinha prática de roçar, passei uma semana doente, fiquei muito machucada... depois quando terminei de limpar a área, sem condições de fazer a casa, o marido nem se preocupava com isso, peguei uma radiola – naquele tempo a gente chamava de radiola – fui num depósito lá na Piçarra e troquei por madeira e palha e eu mesma, com as minhas próprias mãos, comecei a fazer a minha casa, eu e meu irmão, cavamos buraco, enfiamos os paus e fomos montando a casa, subimos, cobrimos e eu vim morar nesse quartinho, daí meu marido foi embora e a gente se separou. (nosso grifo)

Essa conjuntura sócio-econômica de vitalidade das ocupações foi marcada por forte migração campo-cidade, fato que elevou substancialmente a população de Teresina e pelo conseqüente agravamento das condições de vida na cidade, na medida em que esta não conseguia oferecer condições dignas a seus novos habitantes.

A população de Teresina que em 1960 era de 144,8 mil habitantes, em 1970, passa para 220,5 mil e em 1980 alcança 377,8 mil habitantes, crescendo, portanto, no período 70\80 na ordem de 71,3% -, o maior crescimento registrado em todos os períodos -. No plano mais geral das questões nacionais este período coincide com a fase desenvolvimentista, em que a política nacional

foi orientada para o incremento industrial e para a expansão urbana, com o conseqüente esvaziamento do campo.

A determinação feminina de obter a dignidade na condição de moradia no depoimento acima - similar a tantos outros - desafia limitações anátomo-fisiológicas, sócio-econômicas e amarras conjugais quando a relação com o companheiro fica impossibilitada face à rebeldia feminina em escolher os próprios caminhos, passando por cima das reticências e idiosincrasias masculinas. São mulheres que desbravam, capinam, constroem, negociam, planejam, e podem, até mesmo, romper os laços de conjugalidade, por descobrirem-nos limitantes de suas possibilidades como sujeitos de direito.

Segundo Pinto (1992, p. 131), a adesão a movimentos sociais “pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público. O rito envolve, no caso, uma rede de rupturas e a constituição de uma identidade pública. A adesão coloca o sujeito frente a novas relações de poder, e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança”. Essa reflexão cabe perfeitamente, em se tratando das lutas levadas a efeito, por mulheres. Essas tensões podem até não carregar a radicalidade necessária para a ruptura com os padrões dominantes de gênero, mas de saída já o arranham, guardando potencialidades quanto a modificações mais amplas nas relações e práticas sociais em geral, na medida em que rompem com o circuito aprisionador da mulher aos estreitos limites do privado.

As Mulheres na Frente e os Homens na Retaguarda!

As mulheres estiveram na vanguarda de nossa revolução. Não é de admirar: elas sofriram mais”. (MICHELET em sua *Histoire de la Révolution française*, p. 254 apud PERROT, 1992, p. 173).

Desafios haviam muitos, e de múltiplas formas. Um deles foi, sem dúvida, a resistência nos momentos de acirrados conflitos com o aparato policial, quando, por força de liminares de reintegração de posse, ocorriam despejos dramáticos. Muitos são os relatos que apontam a coragem feminina para enfrentar essas situações conflituosas. Assim, mulheres ocupantes revelavam-se ativistas que não temiam expor o próprio corpo com determinação, como escudo contra a ação repressiva.

Os despejos ocorriam, geralmente, em clima de muita tensão e extremado conflito. A cena de policiais cortando as cordas que sustentavam redes de crianças, derramando comida das panelas, retirando os móveis rústicos ou improvisados, derrubando frágeis paredes de barro ou papelão, pondo fogo na palha, confiscando os utensílios usados nas construções, recolhendo à prisão os considerados “insufladores” ou as lideranças, ou, até mesmo, espancando alguns, são uma constante nos depoimentos de quem viveu e realizou ocupações no período apreciado, embora até hoje cenas similares façam parte do cotidiano de pessoas que participam de ocupações em Teresina.

A violência policial na defesa da propriedade, em muitos casos, desconhecia, inclusive, diferenças geracionais ou biológicas, como nos relata uma liderança, ao afirmar: “[...] eles estavam espancando até uma mulher grávida [...] e ela perdeu o bebê na ocupação. O marido dela estava sendo açoitado pela polícia também. Foi uma taca! Mas nós resistimos ainda uma semana a pão e água”.

Atos públicos, concentrações, barricadas, acampamentos, abaixo-assinados, audiências, missas ou celebrações ecumênicas, assembléias, palestras, mutirões para construção de casas, visita à imprensa para denúncias, conflitos com policiais, súplicas, choros, reivindicações, orações, cantos, reuniões e muito trabalho com vistas a consolidar a área ocupada, são algumas situações e atividades típicas em áreas de ocupação, todas, tendo uma forte marca da

presença da mulher.

Presença e determinação de uma mulher que decide viver de outra forma, que não suporta mais as dificuldades para honrar o pagamento de um aluguel, quando falta à sua família o alimento de cada dia; de uma mulher que enfrenta o desânimo do homem que teme a repressão; que constrói sua casa, articula apoios, que chora, protesta, reclama e negocia. Enfim, da mulher que conquista, ousa um futuro diferente para os filhos, para si, para seu companheiro e, de resto, para seus iguais, resistindo bravamente às adversidades.

Nos momentos de conflitos mais acirrados de despejos, a mulher é a mãe que ostenta o filho ou a barriga de gestante, desafiando a repressão, é muitas vezes a cristã que empunha a fé e suplica a Deus e aos homens uma saída para o impasse, é a protagonista fundamental dos cordões humanos com vistas a impedir o acesso da força policial, como nos confirmam muitos sujeitos envolvidos com os processos de ocupação.

Quando tivemos a certeza mesmo do despejo, fizemos uma reunião e tomamos a seguinte decisão: os homens vão ficar em casa com as crianças e as mulheres vão para a frente da luta. Por quê? Porque os homens são mais violentos e as mulheres têm mais capacidade de influir positivamente [...] **as mulheres na frente e os homens na retaguarda.** (depoimento de um homem: nosso grifo)

O que dizer de atitudes como a descrita acima? Seriam manifestações de uma “inversão (ou subversão) dos papéis”? Uma nova divisão de tarefas modificadora do lugar tradicionalmente conferido à mulher, na divisão sexual do poder? A “rua”, a “luta” fora de casa – embora em defesa desta – poderia simbolizar ou significar algum tipo de modificação substantiva nas relações de gênero?

O que aparentemente consiste no reconhecimento da “capacidade” das mulheres e uma suposta “inversão dos papéis” esconde flagrante ambigüidade e reafirmação dos tais papéis posto que “os homens são mais violentos” e as

mulheres “são mais jeitosas”. É tendo como substrato a velha e persistente construção social do feminino, associada à passividade, à tolerância, aos atributos da “mãe”, e na crença nas possibilidades desses estereótipos produzirem eficácia no conflito -, já que podem “influir positivamente” -, que acabam sendo usados nesse tipo particular de luta.

Se notória é a capacidade da mulher no enfrentamento de tais conflitos, notória também tem sido a elaboração discursiva que transmuta a coragem, a capacidade e a determinação feminina em uma forma de contestação pacífica, habilidosa e que não exclui, inclusive, a possibilidade de utilizar em seu favor as concepções de gênero associadas à fragilidade, à defesa afetiva e efetiva da prole, entre outras elaborações.

A Velha e Persistente Construção Social do Feminino

Michelle Perrot (1992, p. 178), ao tratar das mulheres como parte dos excluídos da História, afirma que o século XIX acentua[ou] a racionalidade harmoniosa da divisão sexual. “Cada sexo tem a sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predestinado, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. **Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos[...]**” (nosso grifo).

Porque o mando, o exercício da autoridade e do poder na esfera pública têm, historicamente, se constituído em apanágio do homem? Porque, mesmo em tempos de declínio da idéia do homem como absoluto provedor, é ainda tão forte a associação do feminino à fragilidade, ao eterno papel de cuidadora, de protetora, limitando a mulher à esfera da reprodução, da intimidade, das necessidades, reduzindo-a aos parques limites da esfera do privado, do doméstico? Certamente, ainda é muito forte a naturalização de processos que

são sócio-culturais; ou seja, ainda se justificam condutas segregatórias, de secundarização e subordinação da mulher, a partir de uma explicação de “sua natureza bio-psíquica”.

Mesmo com os inúmeros avanços no acesso feminino ao mercado de trabalho, são ainda recorrentes salários diferentes para as mesmas funções, atitudes discriminatórias e questionadoras da competência de mulheres em funções tidas como “masculinas”, o desprezo para com dispêndio de força e energia no trabalho doméstico, considerado ainda como “tarefa feminina” que, ao homem, quando muito cabe “ajudar”, e tantas outras formas de aparecer da desigualdade de gênero.

Nas ocupações, essas atitudes reveladoras da dominação aparecem de múltiplas formas, inclusive travestidas de valorização da coragem da mulher, ou dito de outra forma, garantir as condições para a reprodução da força de trabalho é entendida como tarefa, “coisa de mulher”, já que ao homem caberia honrar as funções relativas à produção da vida material.

O que observo é que nesse tipo de luta, as mulheres acabam assumindo um papel de condução, elas sempre ficam à frente. A mulher é mais corajosa. Com o homem, a polícia vai logo “embrulhando”. **com a mulher eles são mais jeitosos**, e elas têm mais coragem mesmo. Havia aquela política de “**esse tipo de coisa é coisa de mulher**”, “**reunião é coisa de mulher**.”(marido de uma ocupante: nosso grifo)

O que é desconsiderado, no entanto, é o fato de que a muitas dessas mulheres cabiam também funções de provedora material, seja como lavadeira, faxineira, funcionária pública, babá ou outras profissões. Assim, se desenha o tempo das mulheres. Além das atribuições como trabalhadora, muitas delas acumulavam também os tradicionais papéis de mãe/esposa/doméstica do próprio lar, e as tarefas típicas de uma luta política que lhe demandavam muito tempo. Assim, a mulher acabava por acumular funções em vários domínios, na produção

da vida material e na reprodução; no âmbito público e no privado.

Com esta observação, não desejo, no entanto, recriar a dicotomia público-privado na medida em que os entendo como estreitamente imbricados, tampouco uma contraposição ou dualidade de produção-reprodução. Essa dissociação entre espaço da produção e da reprodução, tão claramente visível nas práticas sociais e que subordina esta à aquela, acaba por alocar prioritária e majoritariamente a mulher na esfera da reprodução, constituindo-se, portanto, em uma das formas mais contundentes do aparecer da desigualdade de gênero, e sob a qual se sustenta a supremacia masculina na divisão sexual do trabalho.

Para efeito dessa reflexão, convém dar voz a Saffioti (1988, p. 144), quando ela afirma que as relações sociais de produção não se restringem ao domínio “público”, invadindo a área “privada” das relações sociais de reprodução, da mesma forma como as relações sociais de reprodução extrapolam a esfera “privada”, penetrando vigorosamente no âmbito da produção “pública”.

Ademais, a terra, a casa e as benfeitorias se prestam ao seu possuidor para uma utilização: uso para habitar, uso ligado diretamente aos interesses da reprodução da força de trabalho, na medida em que o conforto, a proteção e a segurança que a moradia pode proporcionar é componente fundamental para a sustentação do modelo econômico, porque fornece algumas condições essenciais para que o(a) trabalhador(a) possa diariamente retornar a sua atividade produtiva cotidiana. Assim, o que aparece como reivindicação restrita à esfera da reprodução, guarda estreita articulação com as condições mais gerais de produção da existência, sendo, na verdade, domínios inseparáveis, embora apareçam como isolados e afeitos a distintos modos de representar o gênero.

Uma outra feliz contribuição a essa discussão pode ser encontrada em Matos (1996, p. 131), quando a autora relembra que “a moderna separação entre público e privado é algo histórico e, portanto, não inevitável ou natural, tendo brotado de uma forma de organização social que passou por contínuas

mudanças ao longo de sua trajetória”. Esse dualismo público/privado constituiu-se, segundo Matos, no contexto de uma herança vitoriana, “reafirmando o privado como espaço da mulher e a representando como vítima de sua própria natureza, ao destacar a maternidade como necessidade, e o espaço privado como *locus* da realização das potencialidades femininas”.

O Desejo da Casa Própria e de Pertencimento à Cidade

As lutas por moradia e por equipamentos urbanos explicitam o desejo de pertencimento à cidade, de quem nesta, quer um endereço fixo. A “casa” simboliza o aconchego, a tranquilidade, o abrigo contra as intempéries, o fim da insegurança do nomadismo, o espaço onde se pode compartilhar com a família a experiência da vida em comum. A casa própria fornece a sensação de enraizamento, de empoderamento, e até mesmo de ascensão social, posto que fornece a possibilidade de reconhecimento por algo que não seja somente a carência, como dantes, quando o ocupante era socialmente *sem teto*, um “indivíduo” identificado pelo que não possui, um destituído do bem essencial que lhe confere um lugar na cidade para (con)viver. Mas, haveria uma motivação particular na mobilização das mulheres para a conquista da “casa”? O depoimento abaixo é ilustrativo.

No dia em que eu vim armar a *minha casa* já tinha uma pessoa no *meu terreno*, aí eu disse:

Olha! Eu não vou perder não! Peguei um facão – que era a arma do momento – e disse para a pessoa se retirar dali. [...] Os **homens pareciam ter medo ou receio, vergonha de vir** e as mulheres vinham, até por que **as mulheres sentem mais necessidade de morar**, eu

avalió assim. No meu caso, por exemplo, o **meu marido não estava nem aí, por que ele ia para casa da mãe dele, ia passear, ia para qualquer lugar e eu é que tinha que ficar em casa com os filhos, então eu tinha que lutar pela minha casa.** (nosso grifo)

A construção social do gênero feminino e sua alocação prioritária e majoritária relacionada ao espaço privado da “casa”, e do homem à esfera pública da “rua”, mobiliza a mulher como a principal defensora do direito a moradia digna, já que ela tem “que ficar em casa com os filhos”, sendo elas, portanto, que de forma mais contundente experienciam as carências de cada dia.

Essa assimilação da importância da conquista e manutenção da “casa” pela mulher foi observada pelo poder público municipal de Teresina, a partir de meados da década de 80, quando passou-se a emitir os títulos de concessão de direito real de uso (reconhecimento da posse) prioritariamente no nome das mulheres -, em detrimento dos maridos/companheiros - a partir do entendimento de que mulheres são mais afeitas à permanência e a proteção de suas habitações.

Essa marcante presença feminina nos processos de luta por moradia – via ocupações de terrenos urbanos – em Teresina tinham, portanto, como forte motivação objetivos sócio-econômicos de melhoria ou garantia de condições dignas de habitabilidade, que as distanciava da situação de vulnerabilidade e inquietude de antes, não emergindo *a priori* como lutas feministas ou de contestação da dominação masculina. Entretanto, não podem ser desconsideradas as inúmeras atitudes de inconformismo com a subalternidade e com a vida limitante, tampouco as atitudes de resistência aos modelos, expressas em situações de luta pela autonomia face ao marido e até mesmo de ruptura com o contrato de conjugalidade. Partilho, portanto, da reflexão de Saffioti (1988, p. 174), quando afirma:

Atuando em movimentos sociais mistos, femininos e feministas, as mulheres têm contribuído enormemente para a coletivização dos espaços escondidos. Nesse processo, põem a nu a onipresença do político, abalando a dicotomia “privado **versus** público”, na medida em que nela o “privado” é apresentado como a ausência do político e o “público”, como **locus** privilegiado do político. **A descoberta da onipresença do político talvez seja o grande resultado contemporâneo das lutas femininas**, pois a partir dela podem ser problematizadas outras dicotomias: “emoção x razão”, “trabalho remunerado x trabalho gratuito”, “mulher reprodutora x homem produtor”, “mulher passiva x homem ativo”. (nosso grifo)

Entende-se que a luta pela destruição das forças patriarcais acumula forças com a luta diária pela sobrevivência que tornam visíveis mulheres escondidas pela escravidão doméstica das distintas formas de dominação. Ousar lutar por teto, por alimento, por escola, arruamento, iluminação, por água e por postos de saúde pode não subverter a ordem, mas pode tornar visíveis facetas da desigualdade, contribuindo para a formação de consciências críticas e que comprometam mais e mais pessoas – mulheres e homens – na grande tarefa de revolucionar não só as condições de produção material da vida, mas, e, sobretudo, as relações sociais de gêneros.

As falas de mulheres sobre suas lutas são prenhe de subversão e reveladoras de determinação, coragem e ousadia, o que me leva a partilhar do que diz Perrot (1992, p. 212), quando afirma que “as mulheres não são passivas, nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos”. Palavras e gestos produtores de uma espacialidade urbana distinta, que seja, antes de tudo inclusiva: produtores de um discurso insurgente na defesa da moradia, que, ao mesmo tempo pode aparecer, também, como recusa ao confinamento feminino ao

domicílio.

Entretanto, a luta contra a desigualdade, nas suas mais diversas formas, é tarefa inconclusa. A consciência do caminho percorrido jamais pode encobrir o horizonte a ser desbravado. E como nos afirma Castells (1999, p. 171), a despeito dos esforços feministas “essa não é, nem será, uma revolução de veludo. A paisagem humana da liberação feminina está coalhada de cadáveres de vidas partidas, como acontece em todas as verdadeiras revoluções”. Está coalhada, também, de experiências inusitadas de resistência, a servir de exemplo e de esperança às gerações de hoje e de amanhã.

VIANA, Masilene Rocha. The gender of the battle to the right to the housing and the city. **Avesso do Avesso**: Revista Educação e Cultura, Araçatuba, v.3 . n.3. p. 77 - 97, jun. 2005.

Abstract: This work systematizes part of the studies and researches as to the urban occupations in Terezina, capital of the state of Piauí, which have revealed women as a vital force in the initiatives and in the development of the battle for the housing and an address in the city. The audacity to face conflicting situations, the body and courage as a shield against repressive actions, the categorical decision of occupation as a sign of refusal to non-honorable survival conditions, are incontestable facts of the decisive presence of women. The occupation brings/ brought the autonomy conquering possibility and the rupture with the vulnerability and unstill situation so proper of nomadism to what the housing deprived families are undertaken, and that cannot have the product housing, under the real state market.

Key words: urban battles; gender; right to housing; urban occupations.

Referências Bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2.
- D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. **O autoritarismo e a mulher**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Na trama urbana**: do público, do privado e do íntimo. São Paulo: PUC, 1996. p. 129-149. (Projeto História 13)
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PINTO, Céli Regina Jardim Pinto. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.
- POSSEIROS invadem lotes na zona leste. **O Dia**, Teresina, 26 jul. 1987. p. 2.
- RUA, Maria das Graça; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painelas"?**: as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000. 348 p.
- SAFFIOTI, Heleieth B. Movimentos Sociais: face feminina. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1988. p. 143-178.
- _____. **O poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- _____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-215.
- VIANA, Masilene Rocha. **E os sem teto também tecem a cidade**: as ocupações urbanas em Teresina (1985-1990). 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.